



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8960 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

UM DIÁLOGO POSSÍVEL ENTRE A EDUCAÇÃO LIBERTADORA E O FEMINISMO NEGRO LIBERTADOR.

Eunice Lea de Moraes - UFPA - Universidade Federal do Pará

UM DIÁLOGO POSSÍVEL ENTRE A EDUCAÇÃO LIBERTADORA E O FEMINISMO NEGRO LIBERTADOR.

MORAES, Eunice Léa[\[1\]](#)

Resumo

O ensaio trata sobre um possível diálogo epistemológico entre os campos de saberes, da educação libertadora de Paulo Freire e do feminismo negro libertador de Lélia Gonzalez, acerca da opressão, evidenciando a pertinência conceitual da condição opressora de grupos sociais excluídos, que possibilitam a compreensão da interseccionalidade da opressão de gênero, de raça e de classe. A metodologia utilizada de natureza qualitativa [\[2\]](#) como base da pesquisa bibliográfica das obras de Freire e Gonzalez.

Palavras-chave: Diálogo. Educação Libertadora. Feminismo Negro.

Introdução

Este ensaio buscou nos estudos de Paulo Freire (1921-1997) e dos feminismos negros, notadamente de Lélia Gonzalez (1935-1994), a interação entre duas abordagens epistemológicas do debate acerca da opressão, propondo um diálogo entre esses dois campos de saberes, evidenciando a pertinência conceitual da condição opressora de grupos sociais oprimidos, que possibilitam a compreensão da interseccionalidade da opressão de classe, de gênero e de raça, na perspectiva de uma relação dialética. Adotou-se uma metodologia de natureza qualitativa [\[3\]](#), como base da pesquisa bibliográfica dos registros das produções de Freire e Gonzales, inseridas no campo da teoria social crítica. Como resultado, o estudo mostrou uma possível articulação epistemológica entre as abordagens, partindo do reconhecimento da opressão e da exploração do capitalismo no contexto das relações sociais desiguais de poder e da justiça social como processo de libertação de explorados(as), base de sustentação para a produção de uma nova organização social, em oposição a matriz de dominação de organização de poder nas sociedades hierarquizadas.

Percurso Metodológico da Pesquisa

O objetivo desse trabalho é estabelecer um possível diálogo teórico-crítico entre os campos de saberes, da educação libertadora e do feminismo negro, procurando evidenciar a pertinência conceitual da condição opressora de grupos sociais oprimidos, que possibilitam a compreensão da interseccionalidade da opressão de classe, de gênero e de raça, na perspectiva de uma relação dialética. A metodologia usada de natureza qualitativa [4] como base da pesquisa bibliográfica dos registros das produções do(a) autor (a), sobre as opressões, inseridas no campo da teoria social crítica. Para realizar o estudo selecionaram-se como fonte bibliográfica as obras: (i) Educação como Prática de Liberdade, 1967; (ii) Pedagogia do Oprimido, 1987 do educador Paulo Freire, a partir da maneira como o autor estabelece a relação opressores (as) *versus* oprimidos(as) na sociedade. Do mesmo modo, para tratar da opressão no feminismo negro, analisaram-se as obras: (i) Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher, 1979; (ii) Racismo e sexismo na cultura brasileira, 1984; (iii) Por um feminismo afrolatinoamericano, 1988, de Lélia Gonzalez que focou sua análise na compreensão das interseções entre capitalismo e racismo, evidenciando o privilégio racial, além da divisão racial e sexual do trabalho nas relações de classe. As concepções analisadas reconhecem na realidade objetiva duas dimensões principais: (i) a opressão e a exploração do capitalismo a partir das relações sociais desiguais de poder; e (ii) a justiça social como processo de libertação de explorados e exploradas como base de sustentação para a produção de uma nova organização social, em oposição a matriz de dominação de organização de poder nas sociedades hierarquizadas.

O diálogo possível entre educação libertadora e feminismo negro.

A dialética marxista, por ser essencialmente crítica, possibilita a percepção da unidade na diversidade, ou seja, concebe a totalidade como expressão do particular e do geral, com suas contradições e interações que, simultaneamente, revelam e escondem a essência do fenômeno. A junção do materialismo com a dialética sustenta que o material e o ideal são opostos, porém estão dentro de uma unidade em que o material – a base – procura as explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos naturais da sociedade e do pensamento social, que permite a esta sistematizar um acervo demandado sobre as possibilidades de conhecer a realidade natural e social. Marx, segundo Löwy (1998, p. 22), apresentou no texto das Teses de Feuerbach de 1845, “uma maneira nova de entender ou tentar enfrentar esse tipo de questão: a relação entre as ideias e a ação ou prática social [...] o que seria uma nova concepção de mundo: o materialismo histórico, dialético, filosofia da práxis dialética, revolucionária, etc...”. Em sua argumentação, Löwy (1998), considera que não há um único modo de definição do método inaugurado por Marx, seria muito empobrecedor e limitador, por isso utilizou todos esses.

Com essa perspectiva argumentativa, observa-se o debate acerca da opressão na visão da educação libertadora, base da teoria do conhecimento freireano, fundamentada no paradigma histórico-crítico-libertador que relaciona teoria e luta de classe, tendo como marcadores a transformação estrutural (social, política, cultural e econômica) e o sujeito social e político como protagonista da transformação social. Assim também, o feminismo negro avança na compreensão epistemológica do feminismo em outra concepção, oposta ao feminismo hegemônico branco, compreendendo a interseccionalidade das opressões de gênero, de raça e de classe que relaciona racismo, sexismo, exploração de classe e outras formas de discriminação oriundas das relações sociais de poder, concebida como espaço conflitante de luta de classes, no contexto contraditório da sociedade capitalista.

Contrapondo-se à visão de educação conservadora, discriminatória e opressora, Freire (1967), formula uma educação como prática de liberdade, partindo fundamentalmente de um contexto concreto para responder a esse contexto que representa o processo de desenvolvimento que contém um movimento de superação dos aspectos culturais coloniais opressores, na qual ele

desenvolve as noções de uma pedagogia de liberdade, que estabelece como centralidade a práxis. Dessa forma, procura demonstrar, do ponto de vista dos grupos oprimidos, qual o papel da educação na construção de uma sociedade democrática, resultante da luta política popular. E, ao teorizar sobre a educação como um ato político, explicita a relação da educação com a política, o seu papel político-libertador enfatizando o compromisso da educação com os processos de mudança para a libertação das massas oprimidas contra a opressão e dominação das classes dominantes.

Esta concepção evidencia uma prática pedagógica gestada dentro da luta de classes, pela libertação da opressão de oprimidos e oprimidas e pela conquista de uma consciência crítica para a transformação social com justiça social. Opressão e dos(as) oprimidos(as), assim como suas formas de ser, de comportar-se e de refletir-se na estrutura da dominação, será compreendida na convivência com os grupos sociais oprimidos.

Para Gonzalez (1979), “[...]tanto brancos quanto negros pobres sofrem os efeitos da exploração capitalista. Mas na verdade, a opressão racial faz-nos constatar que mesmo os brancos sem propriedade dos meios de produção são beneficiários do seu exercício” (GONZALEZ, 1979, p.9). A autora, recorre a elementos da teoria marxista para ilustrar hierarquias sociais cheias de simbolismos e materialidades, para caracterizar o racismo como uma ideologia que reproduz e socializa a exploração capitalista. Para Gonzales (1979, p.13), “[...] o sistema de ensino destila em termos de racismo: livros didáticos, atitude dos professores... para em processo de lavagem cerebral de tal ordem que, a criança que continua seus estudos..., já não mais se reconhece como negra”. A opressão racial, concretiza-se no racismo como o divisor das relações sociais nos processos educacionais brasileiros de dominação etnocêntrica. A PNAD Continua 2016-2019, aponta: em 2018, a taxa de analfabetismo foi de 3,9% para cor branca e 9, 1% para cor preta ou parda. Esse processo histórico da opressão do povo negro está inserido em uma construção ideológica com práticas discriminatórias, perpetuadas e interiorizadas pelos sujeitos que a reproduzem no âmbito da consciência e do comportamento, numa sociedade marcada pelo autoritarismo opressor e explorador das classes dominadoras

Deste modo, a compreensão epistemológica, desenvolvida pelas mulheres negras, em especial, por Gonzalez (1984, 224), ressalta: “O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira”. A autora argumenta que a articulação do racismo com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra, atribuído a dominação capitalista, com sua racionalidade coercitiva, encontra legitimidade em mecanismos, procedimentos, instrumentos pedagógicos e de gestão utilizados na educação conservadora. A autora reforça os efeitos nefastos do racismo enquanto discurso e prática, situado na lógica de exclusão da relação da supremacia de classe e de raça, que trata o grupo excluído como objeto e não como sujeito político de direitos. Assim, Gonzalez (1988, p.13), partindo das bases materiais e simbólicas da opressão das mulheres, ressalta: “a discussão da discriminação pela orientação sexual, não aconteceu o mesmo com outros tipos de discriminação, tão grave como a sofrida pela mulher: a de caráter racial”, apesar de todas as contribuições fundamentais do feminismo hegemônico. De maneira geral, as duas concepções centralizam suas críticas no processo de exclusão de grupos sociais oprimidos nas relações sociais de poder, evidenciando, como elementos comuns, determinados conceitos, indispensáveis para a composição de uma prática político-pedagógica transformadora.

Considerações finais

O estudo mostrou que a relação dos sujeitos sociais acontece em determinado contexto

histórico, político-social e cultural, na busca da unidade na diversidade, visando a transformação da sociedade. Na educação como prática de liberdade a ação é centralizada na consciência da classe dos(as) oprimidos(as) e na luta de classes entre opressores(as) e oprimidos(as) dentro de estruturas opressoras de poder. E a epistemológica do feminismo negro, por sua vez, apesar de trabalhar com perspectiva marxista, amplia o escopo da luta de classes, incorporando na relação dialética da opressão e do ativismo das mulheres negras a intersecção da opressão de raça e de gênero. A compreensão interseccional é entendida pelo feminismo negro como formação social, por fazerem parte da estratégia da luta de classes e de transformação social, base do enfrentamento à dominação política, econômica e ideológica do capitalismo, por haver uma relação entre os sistemas raciais e classistas, além da exploração do capital sobre o trabalho. Há uma relação opressora que exclui negros e negras do acesso a recursos econômicos, equipamentos sociais, empregos, cargos e qualificação, por exemplo, em razão da raça/cor. Essa situação opressora provoca grandes conflitos em função das relações desiguais e discriminadoras de classe e de raça, em que o racismo está no centro das relações socioeconômicas de poder.

Concluimos que é possível uma articulação epistemológica entre as ideias, mediatizada pela dimensão ontológica da teoria do conhecimento freireano acerca da condição existencial do ser humano como sujeito histórico-crítico em busca de sua condição humana, autônoma, emancipada e consciente de sua libertação e, pela epistemologia do feminismo negro, refletida a partir dos conhecimentos, das experiências da escravidão e da pós-abolição, da forma que as relações de poder embasam as desigualdades raciais e as inter-relações das múltiplas opressões.

Gonzalez (1979), afirmava que as mulheres negras são vítimas de uma tripla opressão de raça, de gênero e de classe, apontando como pressuposto a interconexão dos sistemas de dominação. Propondo para a análise da complexa condição opressora da mulher negra, em oposição aos padrões tradicionais das teorias feministas eurocêntricas e etnocêntricas, uma estrutura referencial de base epistemológica que interconecta o racismo e o sexismo ao classismo.

O (a) autor (a) estudados, apresentam em suas análises histórico-críticas o processo de desumanização e de exploração do trabalho, essencial para a manutenção do capitalismo, promotor de privação e de negação de direitos, que se insere em uma construção político-ideológica de práticas discriminatórias, suscitada no interior das relações e luta de classes.

Referências

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio Continua 2016-2019, julho/2020.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GONZALEZ, Lélia. **Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher**. Comunicação apresentada no 8º Encontro Nacional da Latin American Studies Association Pittsburgh. EUA, abril/1979. Reproduzida pela Universidade Católica do Rio de Janeiro – BR.

- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais**. Anuário de Antropologia, Política e Sociologia – Anpocs, 1984, p. 223-244.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.
- LÖWY, Michael. Marx e Engels como sociólogos da religião. **Lua Nova**, São Paulo, n. 43, p. 157-170, 1998.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas em três volumes**. Rio de Janeiro: Vitoria, 1963,
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24. ed. rev. atuaz. São Paulo. Cortez, 2016.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

[1] Doutora em Educação. Instituto de Ciências da Educação. Universidade Federal do Pará.

[2] São várias as metodologias de pesquisa que podem adotar uma abordagem qualitativa, modo de dizer que faz referência mais a seus fundamentos epistemológicos de que propriamente a especificidades metodológicas (SEVERINO, 2016, p. 125).

[3] São várias as metodologias de pesquisa que podem adotar uma abordagem qualitativa, modo de dizer que faz referência mais a seus fundamentos epistemológicos de que propriamente a especificidades metodológicas (SEVERINO, 2016, p. 125).

[4] São várias as metodologias de pesquisa que podem adotar uma abordagem qualitativa, modo de dizer que faz referência mais a seus fundamentos epistemológicos de que propriamente a especificidades metodológicas (SEVERINO, 2016, p. 125).